

Fábio Ribeiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) - Universidade do Minho Portugal

A investigação sobre rádios comunitárias e a resistência em estudar o desconhecido

Em alguns países, como Portugal, o conceito de “rádio comunitária” está longe de ser conhecido. A Lei da Rádio, de 2010, continua a definir apenas quatro tipos de rádios quanto à cobertura geográfica: internacional, nacional, regional ou local. As rádios comunitárias destinam-se à produção de conteúdos, através de emissores de baixa potência, para zonas geograficamente restritas e para comunidades com fins e interesses específicos, num espírito colaborativo e sem fins lucrativos (Foxwell et al., 2008).

Este desconhecimento (ou negligência) a nível legal coincide igualmente com um número praticamente residual de trabalhos académicos sobre rádios comunitárias em Portugal (Ribeiro, 2014), ao contrário de outras dinâmicas internacionais, na academia e na sociedade civil, que procuram refletir e organizar diversas problemáticas a estes meios de comunicação (Meda, 2015). Partindo desta premissa, que incide sobre a pouca produção científica sobre o tema, pretendeu-se analisar parte da investigação científica sobre rádios comunitárias, na área das Ciências da Comunicação. Deste modo, numa análise realizada a 91 trabalhos apresentados sobre este tema, em congressos (67) ou revistas científicas (24), concluiu-se que os autores procuram estudar a realidade dos países em que se inserem, com uma preocupação de estudar fundamentalmente a emancipação social promovida pelas rádios comunitárias, as implicações legais e gestão financeira destas emissoras.

Palavras-chave

rádio, comunitária, investigação, congressos, artigos, revistas científicas.

O terreno do desconhecido das rádios comunitárias

Num artigo de opinião publicado no jornal espanhol *El País*, Diego Beas defendeu que “a esfera pública já não é o que era”. O analista político e autor do livro *La reinvención de la política* defendia que “em menos de 25 anos passámos de uma utopia da Internet como força libertadora a uma rede privatizada e desenhada para beneficiar um punhado de grandes empresas tecnológicas”. Beas citava, neste texto de janeiro de 2018, um estudo do Reuters Institute for the Study of Journalism, da Universidade de Oxford, que denunciava que a maioria das pessoas inquiridas não se recordava concretamente das fontes de informação a que tinha acedido: “mais de metade da cidadania informa-se hoje através das redes sociais”, concluía.

O sentimento de uma esfera pública pouco vibrante, condicionada por interesses empresariais e mediáticos de larga escala, onde a possibilidade de auscultação de grupos e indivíduos particulares não aparece com a regularidade pretendida por muitos, resultou na emergência de projetos como os meios comunitários de comunicação (Lopez, 1995; Vazquez, 2001). Com efeito, apesar de muitos países desconhecerem exemplos concretos de emancipação social através dos média comunitários, a verdade é que, um pouco por todo o mundo, têm surgido exemplos de dinamização de órgãos de comunicação geridos por cidadãos comuns, numa lógica sem fins lucrativos, numa tentativa de dar voz a quem normalmente não tem acesso ao microfone mediático, numa escala geográfica diminuta. Neste sentido, televisões e jornais comunitários têm aparecido, no entanto a experiência mais comum e mais antiga relaciona-se com o meio radiofónico e as rádios comunitárias, que, segundo alguns especialistas, terá tido a primeira experiência na sequência de uma greve de mineiros na Bolívia, nos anos 70 do século XX (Peruzzo, 1998).

Do ponto de vista conceptual e teórico, a intervenção do público neste tipo de emissoras retoma considerações genéricas sobre a teoria dos movimentos sociais, que, grosso modo, sugerem a apetência de alguns grupos, comunidades ou indivíduos de percorrerem diversas esferas da vida social, normalmente organizadas, para intervir e participar. Embora diversos sociólogos, desde meados do século passado, tenham apontado o narcisismo e o individualismo como os maiores entraves à mobilização social e coletiva (Alonso, 2009), as ideologias marxistas de promoção da luta de classes sinalizaram esta ambição de reivindicar um papel mais ativo dos cidadãos no espaço público. No entanto, nem todo o paradigma marxista clássico aponta para a mobilização social. Segundo Gohn, a primeira corrente destes movimentos estava ligada “ao jovem Marx e a seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia etc., e que criou uma tradição histórica humanista que teve continuidade nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial. Será esta leitura do marxismo que alimentará as análises contemporâneas sobre os movimentos sociais” (1997, p. 172).

Neste contexto, McCarthy e Zald (1977) propõem a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), definindo a identificação com uma causa comum, a racionalidade e uma forte dimensão sentimental como justificações plausíveis para a inscrição de um indivíduo em organizações da

sociedade civil. Esta inspiração, enquadrada por exemplo numa Sociologia das Organizações, levanta questões relacionadas com a motivação individual, mas com a longevidade dos próprios processos sociais. Para Alonso (2009), as estruturas organizadas no espaço público precisam de ultrapassar a concorrência – entendida neste âmbito de um ponto de vista que excede a redutora lógica comercial – para garantir a sua permanência no tempo e no mercado das próprias dinâmicas sociais, levando à existência de diversos conflitos internos o que no limita resulta na dissolução de alguns movimentos sociais.

Esta teoria seria contestada por movimentos de esquerda, que a acusavam de ser simplista, de aplicabilidade duvidosa “igualando-a a um fenómeno social como outro qualquer, dotado das mesmas características que os partidos políticos, por exemplo. A explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas” (Alonso, 2009, p. 53).

Com efeito, este trabalho não pretende, de momento, exhibir o complexo debate conceptual e epistemológico que orientou grande parte das interpretações sobre movimentos sociais. No entanto, e para o caso das rádios comunitárias, tidas neste artigo como o protagonista de reflexão, podemos assumir que a emotividade, a racionalidade e a identificação com projetos comuns podem configurar motivações para a participação neste projetos mediáticos comunitários. Pelo menos na dimensão emocional poderá existir um significativo apelo, tal como demonstrou Stefania Milan (2008) em que, através de inúmeras entrevistas a voluntários e participantes em rádios comunitárias, identificou alguns dos traços basilares da intervenção cidadã nestes espaços: o divertimento inerente às relações sociais estabelecidas na rádio, como espaços de expressão e afirmação pessoal; o entendimento de que o contacto direto com ouvintes poderia desencadear alterações comportamentais no público; uma experiência coletiva que reanima comunidades com pouca projeção comunicativa. Provavelmente um dos aspetos mais salientes destas entrevistas terá sido a defesa de um instrumento mediático que promove “mudanças sociais”, como sintetizou Milan.

A mobilização social em torno das comunitárias não pode ocorrer, porém, num quadro de absoluto desconhecimento do público sobre esta realidade. Para além do fraco conhecimento que ainda subsiste sobre a natureza concreta destes projetos, a verdade é que os entendimentos díspares da legislação sobre o chamado Terceiro Setor influenciam a criação de uma zona muito nebulosa sobre o tema, atraindo por vezes a desconfiança e a pouca credibilidade na dinamização destas iniciativas (Meda, 2015). Tal como refere López (1995), as rádios comunitárias não se limitam a projetos para emissões de “baixa potência”, nem tampouco se destinam “apenas para as áreas rurais, longe dos centros urbanos, onde não chegam as verdadeiras rádios” (2005: 51).

A investigação sobre rádios comunitárias parece ainda não estar devidamente sistematizada pelos académicos. No entanto, uma análise superficial e pouco apurada permite-nos sugerir que, de algum modo, os investigadores que têm vindo a trabalhar sobre este tema abordam problemáticas diversas que podem variar desde a implicação dos diferentes governos em regulamentar o setor, estudos sobre a dimensão voluntária inerente ao

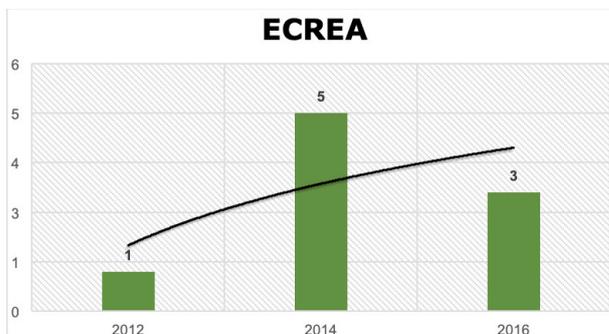


Gráfico 1 – Comunicações sobre rádios comunitárias nos três congressos da IAMCR considerados

Relativamente às publicações científicas, convém antes de mais sublinhar que *Journal of Radio & Audio Media* foi criado em 1992, com o nome de *Radio Studies*. *Radio Journal* apenas foi fundado em 2003, pelo que se decidiu abordar e comparar a produção científica entre estes dois periódicos a partir desta data até 2017, data em que são coincidentes temporalmente. Contudo, não são propriamente muito expressivos os resultados neste contexto, em que se registaram apenas 24 artigos científicos sobre rádios comunitárias, nos últimos 14 anos. Não se pode inclusive sugerir um interesse exponencial pelo tema, com um caráter mais recente, uma vez que nos últimos seis anos apenas foram publicados dois artigos. O nível mais elevado fixa-se nos três artigos, curiosamente o máximo registado por edição, em ambas revistas.

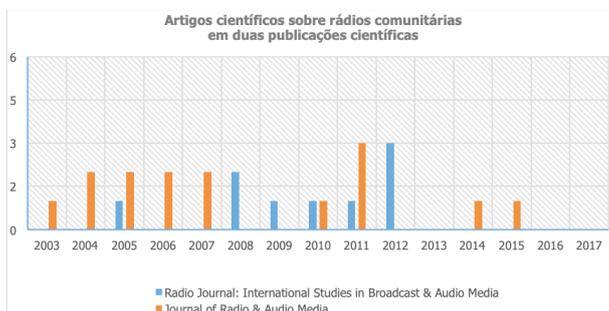


Gráfico 3 – Artigos em revistas científicas sobre rádios comunitárias

Considerando novamente os 91 objetos de estudo, na sua globalidade, verificou-se uma multiplicidade de nacionalidades relativamente à autoria dos trabalhos. Dos 31 países registados, num total de 95 autores, são países anglo-saxónicos que surgem com mais frequência, dos EUA (16 autores), Reino Unido (10), Brasil e Índia (ambos com 8) e Austrália (7). Do ponto de vista da representação dos autores por continente, observamos uma predominância dos continentes americano (37 autores) e europeu (27), seguidos da Ásia (19), Oceânia (7) e África, com cinco.

Uma das dimensões mais importantes deste trabalho consistiu em identificar o eixo temático dos 91 trabalhos que se dispuseram a analisar a atividade radiofónica neste segmento. A Tabela 1 refere justamente a categorização genérica dos temas abordados:

Categoria inerente ao tema	Frequência
Dimensão social	26
Gestão económica e financiamento	19
Aspetos legais	15
Aspetos contextuais (estudos de caso)	7
Tecnologia	6
Análise da programação	5
Questões de género	2
Aspetos pedagógicos	2
Reflexões teóricas	2
Relação com a política	1
Noticiabilidade nos média	1
Outros	5

Tabela 1 – Comunicações sobre rádios comunitárias nos três congressos da IAMCR considerados

Três grandes categorias dominam o interesse dos investigadores pela reflexão em torno das rádios comunitárias. A mais expressiva concretiza-se na dimensão social destas emissoras, com 29 dos 91 objetos de estudo considerados, em que se apresenta a ligação à sociedade, aspetos relacionados com a cidadania e emancipação social. A promoção do envolvimento cívico a partir da rádio surge como principal foco de estudo nesta dimensão em particular, com cinco trabalhos. Outros confluem para o mesmo sentido, entre a dinamização de campanhas de saúde pública, a promoção da identidade de uma comunidade ou ainda projetos de paz no México, todos com dois casos cada.

A gestão económica e o financiamento desta atividade, uma das questões mais pragmáticas que pode ser avançada neste contexto, acaba também por motivar o interesse dos investigadores, neste caso em 19 trabalhos. Tendo em conta a multiplicidade de entendimentos que se verificam sobre o tema, entre as próprias possibilidades regulatórias que ora permitem/reprimem o financiamento das comunitárias pela publicidade, é ainda assim relativamente consensual admitir que a maior parte destas emissoras procura, por filosofia própria, alternativas confortáveis à utilização de software dispendioso, recorrendo à lógica natural destes projetos, que se apoiam na contribuição de específica de determinados grupos para a aquisição de material e de outras despesas. Neste sentido, não é de estranhar que a terceira categoria temática mais assinalada seja a dimensão legal, com 15 estudos, na medida em que as assimetrias que se verificam relativamente às diferentes perceções sobre o que deve ser legalizado, e o que continua a marcar interesse, intrigam os investigadores. Na Europa, apenas para citar um exemplo, pode observar-se de que modo países com fronteiras bem próximas entendem a Lei da Rádio de forma tão díspar a este respeito, com aquele que sucede com os países vizinhos França, onde esta atividade está regulada e em franca expansão, e Espanha, onde, apesar da legislação vigente, os atores locais não têm capacidade para desenvolver a atividade por falta de abertura de concursos e correta implementação da lei (Meda, 2015). Ainda assim, neste ponto destacam-se sobretudo estudos que abordam a evolução da regulamentação legal em diversos países (8 casos), que vão desde a Bolívia, ao Chile, passando pela Índia igualmente. Regista-se ainda quatro estudos que destacaram que a aplicação concreta de uma lei reguladora desencadeou situações pouco proveitosas

para as comunidades, obstando as emissoras ao cumprimento competente da sua missão.

Nos restantes aspetos temáticos, convém precisar algumas situações e que variam entre questões clássicas no estudo dos meios de comunicação do Terceiro Setor e outras possivelmente mais intrigantes. Por um lado, os estudos de caso, de abordagem de uma situação particular, com sete trabalhos, embora não configurem o tema mais recorrente nesta investigação, tornam-se num terreno particularmente interessante para investigadores que, por algum motivo, procuram demonstrar um caso específico (e legítimo) para estudo. Entre as situações apresentadas nesta amostra constam, entre outros exemplos, o da implementação de duas rádios comunitárias no Zimbabwe, o impacto de emissoras desta natureza em Melbourne, na Austrália, e ainda a perceção que os voluntários de uma rádio comunitária irlandesa manifestavam sobre a sua participação neste segmento.

No entanto, verificamos que, numa época de alguma profusão de estudos sobre o impacto das tecnologias no universo da comunicação, num sentido lato e abrangente, parece que as comunitárias não parecem um território propício para o estudo sobre a eventual integração de determinadas ferramentas digitais neste quadro, na medida em que apenas seis em 91 estudos procurou abordar esta questão. Da mesma forma parece algo surpreendente que o estudo sobre os conteúdos que são efetivamente transmitidos nas emissoras comunitárias fiquem longe de um plano de relevo para os investigadores, com apenas cinco trabalhos desenvolvidos sobre este assunto.

Procurando conhecer um pouco melhor o âmbito destes estudos, a Tabela 2 determina o número de emissoras comunitárias que estiveram na base dos trabalhos analisados:

Número de rádios comunitárias estudadas	Frequência
0	59
1	23
2	3
3	3
4	1
5	0
6	1
Indefinido	1
Total	91

Tabela 2 – Número de rádios comunitárias estudadas em cada objeto de estudo considerado na amostra

Dos 91 trabalhos apresentados, em revistas e congressos, 59 não fez qualquer referência a uma emissora radiofónica comunitária em particular, o que está em sintonia com a sugestão anteriormente referida de poucos estudos de caso desenvolvidos neste contexto. De qualquer modo, a tentativa de elucidar alguma questão relacionada com este universo comunicativo passou pela apresentação de, na maioria das situações (23 em 32), apenas um caso de uma rádio comunitária. Pontualmente outros estudos apresentaram outros casos (2 e 3, principalmente), registando-se ainda um trabalho que abordou seis emissoras na análise.

Um dos pontos principais da leitura destes dados passa igualmente por tentar compreender quais as figuras, per-

sonalidades ou dimensões concretas de referência, abordadas ao longo das diversas investigações sobre rádios comunitárias. Variando, sobretudo, entre personalidades e contextos relativamente abstratos, ainda que concretos, a Tabela 3 identifica o protagonismo que se pode encontrar ao longo destes trabalhos:

Principais figuras destacadas	Frequência
Sociedade	49
Apenas a rádio comunitária	25
Governo	12
Governo e sociedade	3
Média	1
Organizações Não-Governamentais (ONG)	1
Total	91

Tabela 3 – Figuras visadas nos estudos sobre rádios comunitárias

De facto, parece consensual admitir um equilíbrio neste ponto entre aquela que será uma perceção relativamente de senso comum e os dados empiricamente extraídos. Tendo em conta a forte componente social, comunitária, destas emissoras, os trabalhos analisados focam sobretudo a sociedade, em 49 de 91 das situações estudadas. De qualquer modo, o protagonismo isolado às comunitárias também se verifica em 25 casos, enquanto o Governo, como entidade promotora/repressora de políticas de comunicação para a área, também surge visado em 12 estudos.

Transitando para uma abordagem de natureza metodológica, foi igualmente importante identificar o conjunto de técnicas de investigação utilizadas pelos autores. Na maioria dos casos (53), os investigadores selecionaram apenas uma técnica de análise, ao contrário de 38 que compatibilizaram a utilização de mais que um instrumento. Conforme sugere a Tabela 4:

Técnicas de investigação	Frequência
Análise documental	17
Observação não-participante	14
Entrevistas	7
Participação-ação	5
Análise de conteúdo	5
Inquéritos por questionário	3
Observação participante	1
Revisão de literatura	1
Total	53

Tabela 4 – Número de rádios comunitárias estudadas em cada objeto de estudo considerado na amostra

A análise documental, utilizada preferencial pelos investigadores que e debruçaram sobre a evolução dos mecanismos legais relacionados com as rádios comunitárias, emerge como técnica de investigação mais frequente a partir desta amostra, bem como a observação não-participante, dedicada à atividade radiofónica comunitária, do ponto de vista da ausência de integração do investigador nas rotinas próprias destas emissoras. Registe-se ainda a utilização de sete estudos com entrevistas e, num polo oposto, apenas um trabalho destinado a fornecer elementos interpretativos sobre esta área a partir da produção científica neste segmento.

Para finalizar esta observação, determinou-se o conjunto de países que foram, preferencialmente, objeto de estudo, a que pertencem as emissoras radiofônicas analisadas. Nos dez países mais assinalados, constam Brasil (9), Colômbia e EUA (ambos com 6), Austrália e Índia (ambos com 5), Bangladesh e Reino Unido (ambos com 4) e ainda Reino Unido, Canadá, Sri Lanka e África do Sul, com três estudos cada. Uma análise superficial indica não só a dispersão geográfica destes países, ainda que focalizados sobretudo no continente americano e africano.

Apontamentos finais

Este estudo procurou, de forma exploratória, desenvolver alguma reflexão em torno de uma análise relativa à meta investigação sobre rádios comunitárias. A partir de uma amostra que contempla revistas e eventos científicos, procurou-se determinar opções preferenciais de investigação nesta área. Em ambos os objetos de análise, embora apontem ao mesmo universo, ocupam diferentes posicionamentos. Dada o enquadramento internacional da IAMCR, que supera a dimensão europeia (mas não exclusiva) da ECREA, leva a que, tipicamente, possamos encontrar aqui um número mais elevado de comunicações sobre rádios comunitárias. Do mesmo modo, uma das revistas consideradas - *Journal of Radio & Audio Media* - apresenta uma trajetória mais consolidada do que a revista *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*. Importa ainda esclarecer que, para efeitos metodológicos, optou-se por excluir, no caso dos congressos, as sessões plenárias que pontualmente se dedicaram à reflexão sobre meios comunitários, centrando o debate sobre rádio, exclusivamente. Note-se que, com menor expressão, existem relatos sobre televisões e jornais de natureza comunitária, no entanto não se consideraram para esta análise.

Embora parte do discurso da investigação aponte para a multiplicação do número de rádios comunitárias no espaço europeu, pese as já referidas idiosincrasias legais distintas em vários países, parece ainda existir um terreno pouco fértil de uma investigação académica que ainda se encontra timidamente preocupada a refletir sobre esta área. O centralismo americano e europeu também se verifica neste contexto, na medida em se regista um maior número de autores de estudos desta áreas continentais, ao contrário de África ou da Ásia onde a importância prolixa das rádios comunitárias no espaço público não se traduzirá ainda numa investigação científica plural, multidisciplinar e com uma presença alargada em revistas e congressos. Do ponto de vista da autoria, parece certo admitir que os investigadores tendem a estudar a realidade concreta dos seus países, negligenciando possibilidades de estudos comparativos ou até mesmo de colaborações na autoria do próprio trabalho, como se verificou em 58 dos 95 casos estudados. Numa apreciação global, constatou-se, portanto, que as dimensões de investigação mais analisadas tendem a enquadrar as rádios comunitárias numa perspetiva de emancipação social, das circunstâncias inerentes ao próprio processo de regulação do setor e da gestão financeira destes projetos. Em termos de investigação que futuramente se poderá realizar, existe desde logo um número alargado de países que carecem de um estudo mais aprofundado, naquilo que se refere às dinâmicas eventualmente estabelecidas

entre a sociedade e este tipo de experiências. Muitos dos países que não contemplam qualquer instrumento legal para as comunitárias precisam ainda de um estudo aprofundado. Paradoxalmente, nos países em que as emissoras comunitárias dispõem de mecanismos legais, falta ainda compreender a natureza dos programas emitidos, a intervenção que a tecnologia desempenha neste contexto ou mesmo os processos levados a cabo para o recrutamento de voluntários e outros participantes para as emissões regulares das rádios comunitárias.

Referências bibliográficas

ALONSO, A. (2009). "As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". **Lua Nova**, nº76, pp. 49-86.

FOXWELL, K.; EWART, J.; FORDE, S. & MEADOWS, M. (2008). "Sounds like a whisper: Australian Community Broadcasting hosts a quiet revolution". **Westminster Papers in Communication and Culture**, Vol. 5(1): 5-24.

GOHN, M. (1997) **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola.

LEI DA RÁDIO (2010) **Diário da República**, 1.ª série – N.º 248 – 24 de Dezembro de 2010. Acedido através de <https://dre.pt/application/dir/pdf1s-dip/2010/12/24800/0590305918.pdf>

LOPEZ, V. (1995). **¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria?** *Chasqui*, 52, 51-54.

MCCARTHY, J. & Zald, M. (1977). **Comparative e Perspectives on Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press.

MEDA, M. (2014). **El tratamiento de los medios comunitarios en el marco de la ley general de la comunicación audiovisual**. Tese de doutoramento. Universidade Complutense de Madrid.

MILAN, S. (2008). "What makes you happy? Insights into feelings and muses of community radio practitioners". **Westminster Papers in Communication and Culture**, Vol. 5(1): 25-43.

PERUZZO, C. (1998). **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil**. Acedido através de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>

RIBEIRO, F. (2014) "Recuperar o espírito das piratas: reflexões sobre rádios comunitárias em Portugal, do vazio legal a uma proposta concreta" in REIS, A.; RIBEIRO, F. & PORTELA, P. (org.) (2014) **Das piratas à Internet: 25 anos de rádios locais**, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

VAZQUEZ, A. I. (2001) **Os Informativos diários nas televisões locais de Galicia. A información televisiva no espacio local**. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.

